

JORNAL DO BRASIL

Fundado em 1891

Conselho Editorial
M. F. DO NASCIMENTO BRITO — *Presidente*
WILSON FIGUEIREDO — *Vice-Presidente*

Conselho Corporativo
FRANCISCO DE SÁ JÚNIOR
FRANCISCO GROS
JOÃO GERALDO PIQUET CARNEIRO
JORGE HILÁRIO GOUVÊA VIEIRA

LUIS OCTAVIO DA MOTTA VEIGA — *Diretor Presidente*

DACIO MALTA — *Editor*
MANOEL FRANCISCO BRITO — *Editor Executivo*
ROSENAL CALMON ALVES — *Editor Executivo*
ORIVALDO PERIN — *Secretário de Redação*

FERNANDO ZENOBIO A. DE CARVALHO — *Diretor*
SERGIO REGO MONTEIRO — *Diretor*

Taioba Parlamentar

Os estudantes que promoveram uma baderna em São Paulo em protesto pela privatização da Embraer erraram de endereço. Deveriam ter se dirigido ao Senado Federal, para se insurgir contra a mais grotesca e afrontosa farsa jamais encenada na história republicana deste país: a aprovação, em menos de um minuto, por votação simbólica e envergonhada, da anistia de um crime transitado em julgado por motivos exclusivamente corporativos.

No momento em que o Brasil vive a expectativa de renovação ética na vida pública, o Senado decidiu desrespeitar as instituições, violar as leis, atropelar o TSE, insultar o Supremo, ultrajar a opinião pública, para perdoar retroativamente um dos seus — o senador Humberto Lucena — cuja candidatura foi impugnada por crime eleitoral.

Num dos pratos da balança, o Brasil. No outro, Lucena, seus 130 mil calendários e (indiretamente) outros 14 senadores e um deputado, por terem usado a gráfica do Senado para imprimir propaganda. Num prato, a honra, o decoro, o espírito público, a obediência às leis que eles mesmos aprovaram e às decisões dos tribunais de última instância. No outro, a autopromoção à custa do contribuinte, o nepotismo, o *esprit de corps*, o tratamento de exceção, o escândalo casuístico.

Dos 43 senadores presentes à votação — o quorum exigido era de 41 — apenas um protestou contra a manobra abjeta: Eduardo Suplicy (PT-SP). Seu requerimento pela a votação nominal foi, no entanto, derrubado de maneira pusilânime por 42 senadores. Sete dos quais (Alexandre Costa, Albano Franco, Antônio Mariz, Aluizio Bezerra, Carlos Patrocínio, Marlucci Pinto e Lourival Batista) votaram em benefício próprio, pois correm o risco da mesma cassação que atingiu Lucena — o senador nepotista, que concorreu e se elegeu ao arrepio da lei, para criar um fato consumado e provar que senadores estão acima das leis.

Dois deles, Esperidião Amin (PPR-SC) e Epitácio Cafeteira, contrários à indecorosa proposta, meteram o rabo entre as pernas e saíram de mansinho para evitar a mácula indelével em suas respectivas biografias. Não conseguiram. O eventual substituto de Lucena, Raimundo Lira, escafedeu-se por motivos óbvios. O *ético* Pedro Simon (PMDB-RS) curvou-se vergonhosamente à maioria. O senador José Sarney (PMDB-AP), como sempre ocorre nesses casos, não compareceu.

Belo exemplo à nação. A mensagem é clara: os cidadãos que acreditaram na CPI do Orçamento são trouxas. Senadores não se corrigem, apenas adiam e tergiversam. Ao contrário do que diz a lei de Lavoisier, na Câmara Alta, nada se cria, tudo se perde e nada se transforma. Lá não existem inocentes, todos são cúmplices de Lucena. Quase todos.

Compreende-se que haja forte corrente de opinião favorável à extinção do Senado, Casa supérflua e redundante, que ao invés de exercer sua função revisora, coloca-se a reboque dos deputados, como aquele prosaico e lamentável taioba que sacolejava na traseira dos bondes.

É natural, portanto, que os olhos da nação se dirijam agora à Câmara. Há uma esperança de que ela não coonestará o repulsivo acinte, presente nas corajosas palavras de seu presidente, deputado Inocêncio de Oliveira (PFL-PE): "O Congresso deve ter muito cuidado para não sofrer um desgaste. A simples perda de um mandato de um colega não pode ser motivo para se fazer uma lei inconstitucional."

Os senadores, no entanto, como que tomados por um surto de loucura coletiva, já estão pressionando os deputados com inconcebível ameaça: se a operação Lucena for bloqueada, prometem não votar o Orçamento de 1995, nem a Lei de Concessões de serviço público. Entre o Brasil e Lucena, os chantagistas impatriotas fizeram sua escolha.